



Banco MUFG Brasil S.A.

A member of MUFG, a global financial group

Avenida Paulista, 1274 - Bela Vista - São Paulo - SP
CNPJ 60.498.557/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A. ("Banco") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Com a permanente redução das taxas de contaminação por COVID-19 no Banco em 2022, o ano foi marcado pela consolidação do modelo de trabalho híbrido no MUFG, iniciado em setembro de 2021. Desde agosto de 2022, os colaboradores passaram a frequentar o escritório entre 2 e 3 dias por semana, organizados pelos respectivos gestores, sem limite no número de colaboradores trabalhando no escritório em um mesmo dia.

Os protocolos de prevenção e monitoramento de casos de COVID-19 entre colaboradores foram mantidos e permaneceram sendo revistos durante o ano de 2022, mitigando a exposição de nossos colaboradores ao vírus. Do ponto de vista da continuidade de negócios, o trabalho híbrido tem se mostrado uma solução eficiente, sem nenhum incidente operacional crítico causado por ele até o

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	31 dez 2022	31 dez 2021
Disponibilidade	81.172	174.067
Relações interfinanceiras	6.021	4.626
Instrumentos financeiros	30.297.009	26.197.836
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.261.376	3.933.742
Aplicações no mercado aberto	2.261.376	3.887.985
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	45.757
Títulos e valores mobiliários	4.652.815	2.719.151
Derivativos	435.368	272.266
Carteira de crédito	2.326.505	2.029.830
Operações de crédito	2.042.046	1.845.293
Outros créditos com característica de operação de crédito	284.459	184.537
Carteira de câmbio	20.620.945	17.242.847
(Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)	(3.049)	(5.130)
(Operações de crédito)	(2.654)	(3.909)
(Outros créditos)	(395)	(1.221)
Ativos fiscais correntes e diferidos	70.539	87.497
Outros créditos	383.956	303.925
Rendas a receber	7.571	8.054
Negociação e intermediação de valores	91.292	30.918
Despesas antecipadas	10.610	9.533
Diversos	274.493	255.420
Investimentos	-	1
Outros investimentos	-	196
(Provisões para perdas)	-	(195)
Imobilizado de uso	6.021	8.906
Imóveis de uso	20.174	20.174
Outras imobilizações de uso	31.937	31.983
(Depreciações acumuladas)	(46.090)	(43.251)
Intangível	25.670	25.342
Ativos intangíveis	78.365	73.049
(Amortização acumulada)	(52.695)	(47.707)
Total do Ativo	30.867.339	26.797.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

momento, mantendo um ambiente de segurança e solidez. Visando suporte financeiro aos funcionários, o Banco iniciou em agosto de 2022, o pagamento por liberalidade de ajuda de custo para todos os funcionários para compensar despesas incorridas pelo trabalho prestado de forma remota.

O Banco continua monitorando os efeitos e a evolução da pandemia, repassando aos seus colaboradores orientações sobre proteção e prevenção à transmissão do vírus. Em 2022, o Banco aumentou a exposição de crédito em letras financeiras, debêntures e operações de adiantamento a fornecedores (ADF) mantendo a estratégia conservadora na administração de riscos. Adicionalmente, lançamos uma plataforma eletrônica para fechamento de operações de câmbio.

Desempenho nos Negócios (Em milhares de Reais)
Em 31 de dezembro de 2022, o Banco MUFG Brasil S.A. apresentou lucro no exercício de R\$80.762, contra um lucro de R\$50.933 apresentado no exercício de 2021. O total de ativos atingiu R\$30.867.339 (2021 - R\$26.797.070) e o patrimônio líquido no final do exercício foi de R\$1.403.559 (2021 - R\$1.334.157).

Passivo	31 dez 2022	31 dez 2021
Instrumentos financeiros	29.006.652	24.990.017
Depósitos	2.056.298	1.390.610
Depósitos à vista	115.245	121.472
Depósitos a prazo	1.941.053	1.859.138
Captações no mercado aberto	507.987	305.537
Obrigações por empréstimos e repasses	5.528.810	5.172.177
Empréstimos no exterior	4.542.697	4.272.997
Finame	5.650	11.934
Repasses do exterior	980.463	887.246
Derivativos	331.929	812.330
Carteira de câmbio	20.581.628	16.619.363
Relações interfinanceiras	2.127	-
Relações interdependências	45.756	30.454
Provisão para passivos contingentes e outras provisões	213.119	236.259
Fiscais, civis e trabalhistas	162.815	183.524
Passivos atuariais	6.793	12.920
Pagamentos a efetuar	43.322	39.111
Provisão de perda para garantias prestadas	389	694
Obrigações fiscais correntes e diferidas	136.122	61.300
Outras obrigações	60.004	244.883
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	622	416
Sociais e estatutárias	2.411	1.196
Fiscais e previdenciárias	28.059	50.181
Negociação e intermediação de valores	24.969	189.291
Diversos	3.943	3.799
Patrimônio líquido	1.403.559	1.334.157
Capital social	853.071	853.071
De domiciliados no país	4.445	68.445
De domiciliados no exterior	848.626	848.626
Reservas de capital	5.103	5.103
Reservas de lucros	543.408	488.366
Outros resultados abrangentes	7.227	(8.257)
(Ações em tesouraria)	(5.250)	(4.126)
Total do passivo e patrimônio líquido	30.867.339	26.797.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital		Reservas de lucro		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal				
Saldos em 30 de junho de 2022	853.071	4.947	156	48.234	458.675	1.146	(5.250)	1.360.979
Ajustes de avaliação patrimonial e outros	-	-	-	-	-	6.081	-	6.081
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	38.690	38.690
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	1.934	-	-	(1.934)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.191)	(2.191)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	34.565	-	(34.565)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	853.071	4.947	156	50.168	493.240	7.227	(5.250)	1.403.559
Mutações do semestre	-	-	-	1.934	34.565	6.081	42.580	88.157
Saldos em 31 de dezembro de 2021	853.071	4.947	156	46.130	442.236	(8.257)	(4.126)	1.334.157
Ajustes de avaliação patrimonial e outros	-	-	-	-	-	15.484	-	15.484
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	3	-	-	3
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	-	-	-	(1.124)	(1.124)
Distribuição de dividendos extraordinários	-	-	-	-	-	-	(21.150)	(21.150)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	80.762	80.762
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	4.038	-	-	(4.038)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(4.573)	(4.573)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	72.151	-	(72.151)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	853.071	4.947	156	50.168	493.240	7.227	(5.250)	1.403.559
Mutações do exercício	-	-	-	4.038	51.004	15.484	(1.124)	68.402
Saldos em 31 de dezembro de 2020	853.071	4.947	156	43.583	396.731	(11.843)	(4.054)	1.282.581
Ajustes de avaliação patrimonial e outros	-	-	-	-	-	3.586	-	3.586
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	5	-	-	5
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	-	-	-	(72)	(72)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	50.933	50.933
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	2.547	-	-	(2.547)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.886)	(2.886)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	45.500	-	(45.500)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	853.071	4.947	156	46.130	442.236	(8.257)	(4.126)	1.334.157
Mutações do exercício	-	-	-	2.547	45.505	3.586	(72)	51.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O Banco MUFG Brasil S.A. ("Banco"), situado na Av. Paulista, 1274, São Paulo, Brasil, desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio. O Banco é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pelo MUFG Bank, Ltd. ("Matriz"), tendo como holding Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc. (controladora final do "Grupo"), ambas com sede no Japão.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis, adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e em consonância com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), Resolução DC/BACEN nº 2 de 12 de agosto de 2020 e Resolução CMN nº 4818 de 29 de maio de 2020. As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração para divulgação em 13 de março de 2023. **Plano para a implementação da regulamentação contábil aplicável a instrumentos financeiros:** Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Além desta resolução, no dia 25 de junho de 2022, entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.019, alterando a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. Esta alteração considera que as instituições mencionadas no artigo 1º devem, até 31 de dezembro de 2022, elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução. Este plano para implementação possui o objetivo de trazer uma harmonização das normas internacionais de contabilidade (IFRS 9 Instrumentos financeiros) com as normas locais do Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, o Banco preparou o plano para a implementação, que foi apresentado à Administração do Banco MUFG na data de 27 de junho de 2022. O resumo para o plano de ação foi preparado considerando as seguintes etapas de análise: Cenário atual - Apresentação do cenário atual do Banco; Requerimento normativo - Apresentação dos principais requerimentos normativos; e Plano de ação - Apresentação do plano de ação à Administração do Banco. O resumo busca sintetizar os resultados obtidos pela administração do Banco MUFG de forma segregada por diferentes tópicos técnicos endereçados na resolução: • Classificação e mensuração; • Reconhecimento e mensuração; • Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito; • Valor do dinheiro no tempo; • Baixa de ativos financeiros; • Contabilidade de hedge; • Transição e divulgações. Para o plano de implementação, e conforme definido no artigo 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, os critérios contábeis estabelecidos serão aplicados prospectivamente a partir da data de sua entrada em vigor. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. O resumo foi considerado como parte dos elementos técnicos levantados pela resolução em análise e que resulta em um plano para a implementação da nova regulamentação. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

3. Principais práticas contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banco. **a. Apuração de resultado:** A apuração de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **b. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido atual, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos semestralmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem de futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados. **c. Ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. **d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas conforme a Circular BACEN nº 3.068/01, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: I. Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem atuais e frequentemente negociados. II. Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta desatada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos. III. Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até o vencimento. Os títulos classificados como mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor da aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data da sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-lo como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular BACEN nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de proteção são registradas pelo seu correspondente valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa. Os derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedge", são classificados como: I. "Hedge" de risco de mercado - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge" ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com o ganho ou as perdas realizadas, reconhecidos no resultado do período; II. "Hedge" de fluxo de caixa - são destinados a mitigar a variação

no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado do período. O Banco não possui operações de "hedge" de fluxo de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **e. Operações de crédito, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas e outras coberturas:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme demonstrado na Nota 7c, são consideradas suficientes pela Administração, atendendo ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida. Conforme Nota 16, as provisões de perdas para garantias prestadas e outras coberturas, estão adequadas de acordo com os modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes avaliados pela Administração. Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99. **f. Investimentos, imobilizado de uso e ativo intangível:** Investimentos - Os títulos patrimoniais são avaliados pelo custo da aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas. Imobilizado de uso - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas são: 4% para imóveis de uso - edificações; 10% para instalações, móveis e equipamentos, sistemas de segurança e de comunicação e 20% para sistema de processamento de dados e transporte. Ativo intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados a 20% ao ano utilizando-se método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeitos a amortização, esses ativos são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment". **h. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$240. A provisão para contribuição social foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 01 de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. No período entre julho e dezembro de 2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido devido pelas pessoas jurídicas do setor financeiro passou de 20% para 25%, retornando a alíquota de 20% a partir de 01 de janeiro de 2022. A Medida Provisória nº 1115, de 28 de abril de 2022, convertida em Lei nº 7689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro de Bancos de qualquer espécie de 20% para 21% de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2022. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias conforme Nota 22. Obrigações fiscais diferidas são reconhecidas para todas as diferenças temporárias tributáveis.

i. Negociação e intermediação de valores: As negociações e intermediações de valores são demonstradas pelos saldos das operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão pendentes de liquidações dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. **j. Riscos tributários, civis e trabalhistas:** As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados, e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente. Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação e a reversão são reconhecidos na conta "Resultado de provisão para passivos contingentes e outras provisões". **k. Benefícios pós-emprego:** Estes são segregados em planos de contribuição definida e de benefício definido. Um plano de benefício definido é aquele em que o Banco deve fazer aportes adicionais em caso de não haver recursos suficientes para pagar os participantes. Nesse tipo de plano, há um valor definido de benefício que o empregado receberá em sua aposentadoria. Assim sendo, devem ser incluídas variáveis atuariais para calcular o valor a ser contabilizado. O Banco é patrocinador da Previdência Sociedade de Previdência Privada ("Previda"), um plano de benefício complementar, de benefício definido, administrado pelo Multipensões Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço e de juros. A obrigação relativa a benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando método de unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial. O custo de serviços correntes e passados, bem como custo e receita de juros são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de "Despesas de pessoal". A Previda foi fechada para novos integrantes em agosto de 2013. Atualmente, o Banco disponibiliza o plano de contribuição definida aos seus funcionários e administradores, conforme abaixo. Um plano de contribuição definida é aquele onde o Banco faz aportes a uma entidade separada, onde não há responsabilidade do Banco (legal ou construtiva) de fazer aportes adicionais, caso o fundo não tenha recursos suficientes para pagar todos os funcionários, isto é, os riscos recaem sobre o funcionário. O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, de contribuição definida, administrado pelo Multipensões Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida ("Fitprev") para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previda. **l. Resultado não recorrente:** São reconhecidos como resultados não recorrentes as operações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas e que não estão previstas para ocorrer com frequência em exercícios futuros.

4. Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo intervalo entre a data da aquisição e a data de vencimento da operação é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos do caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Agência de Rating

A agência internacional Standard & Poor's atribuiu ao Banco MUFG Brasil S.A. os ratings de contraparte de longo e curto prazo "brAAA/brA-1+" na Escala Nacional



Banco MUFG Brasil S.A.

A member of MUFG, a global financial group

Avenida Paulista, 1274 - Bela Vista - São Paulo - SP
CNPJ 60.498.557/0001-26

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

como ajuste de marcação ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários categorizados como "títulos disponíveis para venda" no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ganho no montante de R\$13.295 (2021 - perda de R\$103), líquido dos efeitos tributários. O ajuste de avaliação ao valor justificado das aplicações em Letras do Tesouro Nacional objeto de "hedje de risco de mercado", estão registradas no resultado, vide Nota 20. O resultado com títulos e valores mobiliários destinados como objeto de "hedje de risco de mercado" no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$75.671 (2021 - R\$133.652) registrado na demonstração de resultado, na conta de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

Valores depositados em garantia:

Tipo de Título	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.471.757	2.994.466	2.048.311	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.900	126.219		
Total Geral	3.481.757	3.120.684	2.048.311	

7. Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito e carteira de câmbio - ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio/ACE - Adiantamento sobre Bancos Entregues por nível de risco e setor econômico

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Comércio	Indústria	Outros serviços	financeira
AA	1.066.151	802.993	354.546	78.287
B	18.873	5.668	24.561	2.301.964
Subtotal	1.066.151	821.853	360.214	78.287

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Comércio	Indústria	Outros serviços	financeira
AA	75.101	—	—	75.101
B	75.101	—	—	75.101
Subtotal	1.066.151	896.954	360.214	2.401.606

b. Composição da carteira de crédito e carteira de câmbio - ACC/ACE por produto e faixa de vencimento:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Produtos/Vencimento	90 dias	365 dias	365 dias	Total
Financiamentos à exportação	136.042	536.627	251.519	924.188
Capital de giro	204.173	661.274	152.614	1.018.061
ACC/ACE	43.597	31.504	75.101	629.307
Adiantamento a fornecedores	—	284.459	—	284.459
Repasse Res. CMN nº 3.844/10	15.811	—	78.287	94.098
Financiamentos BNDES e Finame	—	5.362	337	5.699
Total Geral	399.623	1.519.226	482.757	2.401.606

c. Composição da provisão por níveis de risco: De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, apresentamos a seguir a composição da carteira de operações de crédito e de carteira de câmbio - ACC/ACE com os correspondentes níveis de risco:

Nível de Risco	Total de Operações - 31 dez 2022		Total da provisão	% Efetivo de provisão
	% mínima requerida	Créditos de curso normal		
AA	1,00	2.377.065	2.377.065	0,11
B	1,00	24.541	245	1,77
Total Geral		2.401.606	2.401.606	3,049

Nível de Risco	Total de Operações - 31 dez 2021		Total da provisão	% Efetivo de provisão
	% mínima requerida	Créditos de curso normal		
AA	1,00	2.591.617	2.591.617	0,15
B	1,00	67.520	67.520	1,84
Total Geral		2.659.137	2.659.137	5,130

A provisão constituída pelo Banco é superior à provisão mínima requerida conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, devido ao critério de provisão determinado pela matriz (MUFG Bank, Ltd.), aplicado pelo Banco, que reflete a perspectiva de perda da Administração. A alocação entre os ratings corresponde ao intervalo de provisionamento definido na Resolução CMN nº 2.682/99.

d. Concentração dos maiores devedores:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
Maior cliente	393.536	16	433	420.807
10 seguintes maiores clientes	1.581.364	66	1.739	1.678.976
Demais clientes	426.706	18	877	559.354
Total Geral	2.401.606	100	3.049	2.659.137

e. Operações ativas vinculadas: As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Operações ativas vinculadas	885.150	29.170	825.570	26.152
Operações de crédito	885.150	29.170	825.570	26.152
Obrigações por operações ativas vinculadas	(883.905)	(24.286)	(824.541)	(20.668)
Obrigações por repasse do exterior	(883.905)	(24.286)	(824.541)	(20.668)
Resultado líquido das operações vinculadas	1.011	4.884	1.029	5.484

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Operações ativas vinculadas	133.833	500.298	251.519	885.150
Operações de crédito	133.833	500.298	251.519	885.150
Total Geral	133.833	500.298	251.519	885.150

f. Movimentação da provisão: A movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi a seguinte durante o semestre/exercício:

	2022		2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Saldo inicial do semestre/exercício	4.796	5.130	4.590	4.590
Constituição de provisão	502	1.755	3.936	3.936
Reversão de provisão	(2.249)	(3.836)	(3.396)	(3.396)
Saldo final	3.049	3.049	5.130	5.130

% da provisão sobre a carteira de créditos e outros créditos

g. Outras informações:

	2022		2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Créditos renegociados	786.736	1.620.902	1.223.075	1.223.075

As operações renegociadas são compostas substancialmente por renovação nas operações de capital de giro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo (2021 - R\$16.553).

8. Outros créditos - Diversos

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	2022	2021	2022	2021
Devedores por depósito em garantia (*)	241.665	228.964	327	329
Adiantamentos e antecipações salariais	—	—	32.501	26.127
Impostos e contribuições a compensar	—	—	274.493	255.420
Total Geral	241.665	228.964	327	329

(*) Devedores por depósito em garantia são classificados como não circulante, os demais itens são classificados como circulante.

9. Imobilizado de uso e ativo intangível

a. Imobilizado de uso: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve baixa referente a benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e impairment sobre imóveis próprios ou instalações.

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
Terrenos	1.183	1,183	1.183	1,183
Edificações	18.991	18,991	(18.238)	(16,974)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	4.948	4,950	(4.668)	(4,244)
Sistema de processamento de dados	21.501	21,501	(17.937)	(17,145)
Sistemas de transporte	718	7,18	(718)	(6,62)
Sistema de segurança	3.291	3,291	(3.076)	(2,791)
Sistema de comunicação	1.479	1,479	(1.453)	(1,435)
Total Geral	52.111	52,157	(46.090)	(43,251)

b. Ativos intangíveis: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve baixa de sistema - ativo intangível.

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
Gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares	59.209	59,048	(52.695)	(47,707)
Em curso	19.156	14,001	—	—
Total Geral	78.365	73,049	(52.695)	(47,707)

10. Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o MUFG Bank, Ltd. (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares. As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado.

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	51.894	(159.596)	24.936	(30.311)
MUFG Bank, Ltd. (New York Branch)	—	—	6.761	—
MUFG Bank, Ltd. (London Branch)	8.951	—	5.583	—
MUFG Bank, Ltd. (Hong Kong Branch)	10.133	—	7.238	—
MUFG Bank, Ltd. (Sangai Branch)	38	—	5.302	—
MUFG Bank Mexico, S.A.	183	—	1.764	—
MUFG Bank, Ltd. (Singapore Branch)	45	—	27	—
Bank of Ayudhya Public Company Limited - Variação cambial	149	—	261	—
Total	81.663	(159.596)	30.626	(30.311)

Aplicações Interfinanceiras de liquidez em Moeda Estrangeira

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
MUFG Bank, Ltd. (New York Branch)	—	11.801	—	11.793
MUFG Bank, Ltd. (New York Branch)	—	11.801	—	11.793
Juros	—	302	—	8
- Variação cambial	—	11.499	—	11.785
Depósito à vista	(5.066)	(18.622)	(5.066)	(18.622)

Obrigações por empréstimos e repasses

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
MUFG Bank, Ltd. (New York Branch)	(5.508.618)	(134.363)	(5.160.243)	(266.953)
Juros	(4.408.272)	(113.391)	(4.792.108)	(243.761)
- Variação cambial	—	(1.533)	—	(34.481)
- MTM de "hedje accounting"	—	(21.589)	—	(19.674)
MUFG Bank, Ltd.	(1.100.346)	(20.972)	(368.135)	(23.192)
Juros	—	(4.322)	—	(729)
- Variação cambial	—	(26.194)	—	(22.463)
- MTM de "hedje accounting"	—	9.554	—	—
Dividendos a pagar	(2.186)	(1.016)	(2.186)	(1.016)

Prestação de serviços (Recebimentos e Pagamentos)

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
MUFG Bank, Ltd. (New York Branch)	(2.594)	3.007	(842)	1.366
Recbimentos	7.061	27.233	7.522	22.832
- Provisão de pagamentos	(9.655)	(23.724)	(8.333)	(20.069)
MUFG Bank, Ltd.	—	(63)	—	(1.010)
MUFG Bank, Ltd. (Canada Branch)	(60)	(439)	(31)	(387)

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas realizada em 24 de julho de 2020 foram mantidos os honorários anuais globais da Diretoria tendo por limite o valor máximo de R\$20.196 a serem distribuídos entre os Diretores, ratificados na Assembleia Geral Extraordinária de 04 de novembro de 2020 mesmo com a extinção do Conselho Consultivo da Sociedade.

	2022		2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Remuneração fixa	3.551	6.117	5.336	5.336
Remuneração variável	2.185	3.890	2.668	2.668
Total Geral	5.736	10.007	8.004	8.004

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador. A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.612 ações (2021 - 10.618), que representam 0,000243605% da totalidade. O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da administração. b. Outras informações: Conforme política interna vigente para atendimento da Resolução CMN nº 4.693/18, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; e • Acionista controlador do Banco. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas. Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativo e Fiscal.

11. Depósitos e captações no mercado aberto

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
À vista	115.245	—	—	115.245
A prazo	—	312.846	537.275	1.090.932
Captações no mercado aberto	—	—	105.296	402.691
Total Geral	115.245	312.846	642.571	1.498.628

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
À vista	121.472	—	—	121.472
A prazo	—	492.134	597.045	769.959
Captações no mercado aberto	—	—	21.739	283.798
Total Geral	121.472	492.134	618.784	1.053.757

12. Obrigações por empréstimos e repasses

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	2022	2021	2022	2021
MUFG Bank, Ltd. (New York Branch)	4.408.272	4.792.108	242.998	—
Financiamento de operação de comércio exterior	—	—	3.375.617	2.674.218
Captação externa "hedje accounting", com vencimento até outubro de 2023 (Nota 20)	—	—	980.463	887.246
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844, com vencimento até março de 2025	—	—	52.192	987.646
Outras obrigações em moeda estrangeira, com vencimento até janeiro de 2023	—	—	1.100.346	368.135



Banco MUFG Brasil S.A.

A member of MUFG, a global financial group

Avenida Paulista, 1274 - Bela Vista - São Paulo - SP
 CNPJ 60.498.557/0001-26

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31 dez 2022	31 dez 2021
Carteira - Overall		
Choques positivos	470	383
Choques negativos	(517)	(412)

20. "Hedge" - "Hedge" de risco de mercado

O Banco adota a política de proteção em consonância com suas políticas de gestão de risco. Estas operações de "hedge" são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/2002, que exige avaliação periódica de efetividade de "hedge" e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de "hedge", considerando tratar-se de uma operação de "hedge" de valor justo. O Banco possui contratos de futuros utilizados como instrumento de "hedge", em estratégia de

Instrumento/Operação	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Estratégia 1	Estratégia 2	Estratégia 3 e 4	Estratégia 1
Operações de futuros contratadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão		Operações de futuros contratadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e operações de câmbio spot/forward		
Instrumento de "hedge" de valor justo	Captações em moeda norte americana	Captações em moeda japonesa	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos) e Letras Financeiras (títulos privados)	Operações de futuros contratadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão
Objeto de "hedge" de valor justo	1.274.812	1.031.141	(3.583.550)	2.671.388
Valor justo do instrumento de "hedge"	(*) (1.285.165)	(1.035.724)	3.590.656	(*) (2.673.689)
Ganho (perda) referente ao instrumento de "hedge"	168.459	64.391	20.626	(55.524)
Ganho (perda) referente ao objeto de "hedge"	(172.595)	(76.624)	(11.222)	(303.851)
Taxa de efetividade	99% a 100%	81% a 100%	82% a 100%	100%

(*) A diferença entre os saldos apresentados nesta Nota e na Nota 12 refere-se ao imposto de Renda.

Instrumentos de "hedge"	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Valor referencial	Valor referencial	Valor referencial	Valor referencial
Contratos de futuros - DI	2.307.772	2.670.460	672.588	733.130
Contratos de futuros - DOL	3.581.731	2.567.564	601.815	536.292
Contratos de futuros - DOL	5.889.503	5.237.992	1.274.403	1.269.422

21. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são reconhecidos no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Disponibilidades	81.172	81.172	174.067	174.067
Aplicações no mercado aberto	2.261.376	2.261.376	3.887.985	3.887.985
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	45.757	45.757
Carteira de crédito e Carteira de câmbio - ACC/ACE	2.401.606	2.410.971	2.659.137	2.601.842
Total de ativos financeiros	4.744.154	4.753.519	6.766.946	6.709.651
Passivos Financeiros				
Depósitos à vista	115.245	115.245	121.472	121.472
Depósitos a prazo	1.941.053	1.896.706	1.859.138	1.804.992
Captações no mercado aberto	607.987	607.987	305.537	305.232
Obrigações por empréstimos e repasses	5.528.810	5.602.351	5.172.177	5.175.541
Total de passivos financeiros	8.093.095	8.122.289	7.458.324	7.408.237

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

22. Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações dos semestres são demonstrados a seguir:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (IRPJ/CSLL)	176.500	99.980
Expectativa de despesas de IRPJ/CSLL de acordo com aliquota vigente	(81.190)	(49.990)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(12.877)	490
Efeito da majoração aliquota CSLL (Crédito Tributário CSLL)	(2.469)	3.764
Ajuste exercícios anteriores	1.795	(4.002)
Outros	(997)	691
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(95.738)	(49.047)
Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(18.128)	(46.608)
Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(77.610)	(2.439)
Cálculo Total Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(95.738)	(49.047)

O Banco constitui crédito tributário decorrente de diferenças temporárias de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020.

a. Constituição de créditos tributários sobre diferenças temporárias:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.372	2.565
Provisão para pagamentos a efetuar Previdá	4.965	8.155
Provisão para bônus	4.379	6.549
Provisão para contingências trabalhistas	6.683	7.726
Provisão para perda de garantias prestadas	175	347
Provisão participação nos lucros e resultados	1.382	1.103
Provisão para pagamentos a efetuar	8.663	6.632
Provisão para passivos contingentes	38.580	53.025
Ajuste valor mercado - derivativos e TVM	4.340	1.395
Total Geral	70.539	87.497

b. Constituição do passivo judicial:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Atualização de depósito judicial	61.106	61.300
Ajuste a valor de mercado - derivativos, títulos para negociação e títulos disponíveis para venda - "hedge accounting"	75.016	-
Total Geral	136.122	61.300

O montante de créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2022 é de R\$27.914 (2021 - R\$31.015), decorrentes do saldo de principal de provisão de dois processos fiscais que possuem 100% de depósito judicial. Os processos em questão são relacionados à cobrança de IRPJ e CSLL ao qual Banco aderiu ao programa refis e a discussão do tributo COFINS. De acordo com a Administração não há expectativa do período de realização nos próximos dez anos.

c. Movimentação de créditos tributários:

	2º semestre	2022	Exercício	2021
Saldo inicial do semestre/exercício	66.037	87.497	83.967	83.967
Constituição/(Realização) de crédito tributário	7.587	(2.215)	31.493	31.493
Baixa de provisões civis	(3.085)	(14.743)	(27.963)	(27.963)
Saldo final	70.539	70.539	87.497	87.497

d. Movimentação do passivo fiscal diferido:

	2º semestre	2022	Exercício	2021
Saldo inicial do semestre/exercício	87.978	61.300	53.898	53.898
Constituição/(Reversão) de passivo fiscal diferido referente à atualização de depósito judicial	1.923	(194)	6.537	6.537
Constituição de passivo fiscal diferido referente ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	46.221	75.016	865	865
Saldo final	136.122	136.122	61.300	61.300

Taxa de inflação 4,50% ao ano
 Taxa de desconto nominal 10,63% ao ano
 Índice de reajuste de benefícios do Plano acima da inflação Próximos 3 anos: 5,03% ao ano

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, Fitrev Plano de Benefícios de Contribuição Definida, administrado pelo Multiplanos Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do plano Previdá, sendo que o valor da contribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$3.037 (2021 - R\$2.647). As obrigações atuariais do plano Fitrev estão substancialmente cobertas pelo patrimônio do plano.

Outras áreas. Destacamos como principais, os seguintes assuntos tratados: • Revisão das demonstrações financeiras do 2º semestre de 2022 e do exercício fiscal de 2022; • Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna; • Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos; e • Acompanhamento da gestão de riscos, efetividade dos sistemas de controles internos e demais assuntos de Compliance. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das

auditorias, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de julgamento da Diretoria na determinação de certas premissas e a utilização de técnicas de precificação com base em modelos internos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Como o objetivo de avaliar a adequação, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e da

implementação dos controles internos relevantes para a mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos; (ii) entendimento e análise dos modelos de marcação a mercado, desenvolvidos internamente pelo Banco; (iii) cálculo do valor de mercado para uma amostra de operações, avaliando a razoabilidade dos dados e das premissas utilizados nos modelos internos de precificação ou dados observáveis de mercado, quando disponíveis; e (iv) análise das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Diretoria para a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são aceitáveis, considerando as práticas utilizadas no mercado, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
 A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de julgamento da Diretoria na determinação de certas premissas e a utilização de técnicas de precificação com base em modelos internos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Como o objetivo de avaliar a adequação, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e da

implementação dos controles internos relevantes para a mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos; (ii) entendimento e análise dos modelos de marcação a mercado, desenvolvidos internamente pelo Banco; (iii) cálculo do valor de mercado para uma amostra de operações, avaliando a razoabilidade dos dados e das premissas utilizados nos modelos internos de precificação ou dados observáveis de mercado, quando disponíveis; e (iv) análise das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Diretoria para a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são aceitáveis, considerando as práticas utilizadas no mercado, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
 A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de julgamento da Diretoria na determinação de certas premissas e a utilização de técnicas de precificação com base em modelos internos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Como o objetivo de avaliar a adequação, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e da

implementação dos controles internos relevantes para a mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos; (ii) entendimento e análise dos modelos de marcação a mercado, desenvolvidos internamente pelo Banco; (iii) cálculo do valor de mercado para uma amostra de operações, avaliando a razoabilidade dos dados e das premissas utilizados nos modelos internos de precificação ou dados observáveis de mercado, quando disponíveis; e (iv) análise das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Diretoria para a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são aceitáveis, considerando as práticas utilizadas no mercado, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
 A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas